

essência. A própria ideia de essência já é complexa. Mas, enfim, vamos lá.

Não daria, portanto, para nos fixarmos na ideia de mulheres que amam mulheres. Mulheres que fazem sexo com mulheres? Homens gays, quando ampliamos, temos essa nomenclatura que é bastante reconhecida mundialmente, inclusive, essa de homens que fazem sexo com homens. Mas ela também não dá conta de tudo. Talvez dê um pouco mais no campo da saúde, quando falamos de políticas públicas para a saúde. Mas quando tratamos de relacionamentos, há pessoas que vivem juntas e que se amam, mas que não fazem sexo. Os assexuais e pessoas que já vivem juntas há muito tempo e que, enfim, desistiram dessa parte da vida, ou, pelo menos, desistiram entre elas, mas continuam sendo então pessoas que enquadraríamos como mulheres lésbicas.

Então acabamos chegando na ideia de mulheres não-heterossexuais, e o que temos, na verdade, é uma negação de uma identidade e não uma afirmação de uma identidade. Para complicar um pouco isso, há um texto da Monique Wittig, que diz que as lésbicas não são mulheres. É um texto muito importante para o movimento feminista, que diz que as lésbicas são a negação do gênero, são a única categoria passível de ir contra o patriarcado, portanto. Isso já complexifica a ideia de mulheres.

Se pensarmos, então, a ideia de mulher socialmente construída que temos: pessoas românticas, que tem desejo sexual diminuto, são cunhadas para relações permanentes ou menos duradouras, são direcionadas à maternidade, etc. Quando começamos a acessar esses perfis, algumas dessas ideias são reafirmadas e outras são permanentemente negadas. Fala-se muito de sexo nos perfis de instagram direcionados a mulheres lésbicas, portanto essa ideia da mulher como alguém que não tem desejo fica, de cara, descartada. Mas também se fala muito de casamento, de amor duradouro, de pegação.

Então há um jogo que ilustra essa ideia de que a identidade é algo móvel e em permanente construção. É muito interessante como, ao analisar esses perfis lá do instagram, do youtube, reforçamos essa problematização do conceito da identidade. E juntamos outras porque, quando falamos dessas mulheres, a maioria delas é jovem, mas também tem alguns perfis para mulheres de meia-idade, como eu, e mulheres um pouco mais velhas. São mulheres dentro ou fora do armário? Muitas delas estão no armário exatamente, inclusive, porque são muito jovens. Enquanto há uma vivência lésbica fora do armário já muito inserida socialmente. Muitas delas estão dentro do padrão heteronormativo e esses perfis estão reafirmando, então são, além de jovens, meninas magras, bonitas, de cabelo longo, etc. Não que essas lésbicas não existam, elas existem também, mas não são todas.

Então é interessante, quando vamos analisar esses perfis, entender que a complexificação da ideia de identidade passa pela nossa vivência. Toda a identidade fixa e terminada é difícil de, quando colocada à prova, se manter.

Então, eu pararei minha fala por aqui e passar a palavra para o Marco e prestar atenção ao que ele diz e convido vocês a fazerem o mesmo.

Marco Antônio Alves (UFMG)

A computação é cada vez mais parte indissociável de nossas vidas, que são

crescentemente governadas por sistemas computacionais autônômicos, que funcionam praticamente sem qualquer intervenção humana. Não apenas o modo como vivemos, mas também aquilo que somos, ou nossa identidade, é fortemente impactado e transformado por essas máquinas. Nesta palestra, pretendo jogar alguma luz sobre essas novas tecnologias, analisar a forma como nos governam e também as repercussões disso nos modos contemporâneos de subjetivação. Em suma, trata-se de levar adiante uma investigação que envolve artefatos técnicos e sua dimensão política e ética.

Primeiramente, alguns esclarecimentos prévios sobre essas novas tecnologias serão apresentados, tentando explicar melhor o que podemos entender por algoritmo e por computação autônômica, que é por vezes assimilado à noção de “inteligência artificial” e, de fato, mas nada mais é do que uma área da computação que confere a certos sistemas computacionais uma determinada capacidade de autonomia ou de funcionamento autônômico. Feitos esses esclarecimentos, pretende-se enfrentar duas questões básicas. A primeira é como somos governados, ou seja, em que medida esses sistemas computacionais autônômicos nos governam e que tipo de governo seria exatamente esse. Nesse momento, a noção de “governamentalidade algorítmica” será apresentada. E a segunda questão que será tratada é de que forma isso impacta o processo de constituição dos sujeitos, ou, em outras palavras, que tipo de sujeitos surge no interior dessa sociedade governada por algoritmos. Nesse momento, seguindo uma pista bastante cara a Michel Foucault, trata-se de pensar sujeito e poder de uma maneira intimamente relacionada.

Começando pelos esclarecimentos, pergunta-se: o que podemos entender por um algoritmo? Em poucas palavras, um algoritmo não passa de um conjunto de instruções voltado para resolver um problema específico e bem definido. Em si mesmo, um algoritmo nada mais é do que um conjunto de passos ou instruções. Nos dias atuais, em razão de sua complexidade, da velocidade de processamento das máquinas e de sua capacidade de lidar com uma gigantesca massa de dados, os algoritmos possuem aplicações diversas e um poder incrível. Nossas vidas hoje passam, em grande medida, por diversos tipos de algoritmos que estão de alguma forma gerenciando nossas vidas e oferecendo serviços cotidianos os mais diversos, mediando e influenciando nossas ações, direcionando o que vamos fazer, para aonde vamos, como vamos interagir uns com os outros, o que vamos consumir, etc. Basta pensar nos serviços oferecidos pela Google, Facebook, Uber, Waze, Netflix, entre outros, que cada vez mais moldam, controlam e governam nossas vidas.

Já o termo “computação autônômica” (*autonomic computing*) foi cunhado pela IBM no início do século XXI para designar a área da computação voltada para o desenvolvimento de sistemas computacionais capazes de autogerenciamento e de adaptação a mudanças imprevisíveis. São esses sistemas que dão um passo além na ideia de um sistema automático. O sistema automático é aquele que reage simplesmente, automaticamente, a certos *inputs* que são pré-programados. São baseados, dessa forma, em uma gama fixa e bem definida de entradas e saídas. Já os sistemas autônômicos, por outro lado, são capazes de reagir a qualquer alteração no ambiente, oferecendo respostas a qualquer perturbação possível. Justamente em razão disso, além de automáticos, eles são capazes de aprender com a própria experiência e de alterar seu comportamento, melhorando suas decisões e sempre visando a otimização de seu funcionamento. É por isso que se diz que eles tomam decisões por conta própria, utilizando, na verdade, instruções de alto nível que os permitem lidar com quaisquer alterações no ambiente e

oferecer um *output* adequado àquele *input* recebido sem necessidade de intervenções humanas diretas. Daí o caráter autônômico.

A ideia de sistema autônômico prevê uma série de fases ou níveis diferentes até chegar a um sistema completamente autônômico, que seria capaz de autoconfiguração, autoproteção, autocorreção e auto-otimização. Mas até chegar lá, a implantação é progressiva, em termos de uma crescente independência da intervenção humana. Ao atingir as características autônômicas, os sistemas se tornam maduros e são praticamente independentes de qualquer gerenciamento humano, seja por parte dos administradores, seja dos próprios usuários. Vemos experiências dessa natureza em diversas áreas, em especial naquelas de alta complexidade e grande pressão por segurança e eficiência, como as redes de telecomunicações, as bolsas de valores e os sistemas de bancos, controle de trânsito ou rastreamento de aviões.

A metáfora que a IBM usou quando cunhou esse termo é interessante para pensarmos do que se trata: o sistema nervoso central. O nosso sistema nervoso central é responsável por uma série de operações das quais não temos a menor consciência e nem tomamos deliberadamente decisões relativamente a elas, como, por exemplo, o batimento cardíaco, a respiração, o sistema digestivo ou o funcionamento das nossas pupilas. No entanto, tudo isso está sendo gerenciado por um sistema que funciona de uma maneira autônômica, tomando decisões e gerenciando diversas ações em tempo real, de forma proativa, sem a necessidade de uma intervenção consciente ou de uma deliberação do sujeito. É claro que temos certo domínio sobre o nosso corpo, mas existem várias tarefas e funções que são exercidas e executadas de forma autônômica pelo sistema nervoso, garantindo uma segurança maior ao organismo e desafogando o sujeito de ter de assumir conscientemente todas as tarefas necessárias para a manutenção de sua vida.

É visível que sistemas computacionais autônômicos cada vez mais complexos invadem de maneira crescente nossa vida cotidiana. Vivemos praticamente imersos nesses serviços e algoritmos. A primeira questão que gostaria de colocar é essa: de que modo isso altera a maneira como agimos? E desenvolvendo melhor essa questão: podemos ver nisso uma relação específica de poder que produz um efeito de governo, um efeito de condução de nossas vidas e de nossas condutas?

Para tratar dessas questões, voltarei a uma noção cunhada por Foucault nos anos 1970 para pensar as relações de poder: o “governo”. Governo entendido em sentido bem amplo, não como governo político, exercido por uma instituição centralizada, identificado aos aparelhos de um Estado. Governar, nesse sentido amplo, é qualquer ação que envolva dirigir ou mover alguém de uma maneira específica, refletida, estruturando assim o campo da ação possível. Governar significa fazer com que alguém aja ou deixe de agir de uma determinada forma. Quando isso é feito de uma maneira calculada, racionalizada, por meio de uma racionalidade específica, temos uma ação governamental. Governar, portanto, é de uma atividade que afeta, guia e formata a ação de pessoas ou de grupos de pessoas.

Segundo Foucault, poderíamos pensar relações de poder como relações dessa ordem, de governo: ações sobre as ações dos outros, no sentido de induzir ou incitar alguém a fazer alguma coisa, ou inibir alguém de fazer algo. Assim, governar não implica necessariamente violência, mas envolve uma conformação do campo da ação possível, de maneira a tornar mais ou menos provável, mais fácil ou mais difícil um determinado

curso de ação. Isso é governar. Só no limite é que a ação de governo restringe, obriga ou proíbe peremptoriamente. O que ela faz é, mais ou menos, direcionar a conduta humana.

Já o termo “governamentalidade”, um neologismo que Foucault cunhou no curso “Segurança, Território, População”, proferido no Collège de France em 1978, serve para ressaltar o fato de que essa ação de governo não é uma ação casual, irrefletida, que se dá ao acaso. Pelo contrário, há uma mentalidade, uma racionalidade refletida e sistematizada por trás dessa atividade de condução da ação dos outros. Governamentalidade (*gouvernementalité*) é uma junção de governo (*gouverne*) e mentalidade (*mentalité*), ou seja, não apenas uma prática de governo, mas uma prática refletida de governo, que tem uma mentalidade ou uma racionalidade própria, inerente, que sistematiza essa prática.

Partindo dessas ideias desenvolvidas por Foucault há mais de 40 anos, muito antes de algoritmos e sistemas computacionais invadirem nossas vidas cotidianas, a filósofa do direito belga Antoinette Rouvroy cunhou o termo “governamentalidade algorítmica”. Sustenta-se, em linhas gerais, que, a partir dos algoritmos e das novas tecnologias da informação e da comunicação, vivenciamos uma nova instanciação ou uma nova realização da racionalidade governamental que se pode chamar de algorítmica. Trata-se de uma nova maneira de governar as condutas, movida pela busca de objetividade, eficiência e segurança. Essa governamentalidade pode ser definida como um tipo de racionalidade que “repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis”. Em suma, temos uma nova estratégia de governo por meio de algoritmos.

Mas como esse governo algorítmico funciona? Podemos distinguir três etapas principais. Basicamente começa por uma coleta automatizada de dados em grandíssima escala, conformando os chamados *Big Data*. Esse é o momento da *dataveillance*, que recolhe e conserva todo tipo de rastro ou pegada digital que produzimos e deixamos disponível a todo tempo. Praticamente tudo que fazemos deixa algum rastro: os deslocamentos, os cliques, os compartilhamentos, os *likes*, as imagens das câmeras, qualquer operação realizada pelo computador e pelo celular, ou mesmo fora deles, simplesmente lidando com objetos “inteligentes” que são etiquetados, estamos o tempo todo, continuamente, enviando e recebendo informações. Tudo isso vai conformando uma massa de dados de grandes proporções, que revela quem nós somos e o estilo de vida que levamos. Este é o primeiro momento da governamentalidade algorítmica.

O segundo passo é o tratamento desses dados de uma forma extremamente sistematizada, automatizada, em grande escala, que é o chamado momento da mineração de dados: o *datamining*. Nesse momento é que se começa a verificar correlações entre esses dados que foram simplesmente coletados em estado bruto no primeiro momento. Tomados isoladamente, os dados brutos podem parecer inofensivos, anônimos e impossíveis de serem controlados, mas adquirem “sentido” quando correlacionados, por meio de um trabalho que é realizado de maneira automatizada e em grande escala. Esse complexo tratamento dos dados fazem, assim, emergir correlações sutis e insuspeitas.

E no terceiro e último passo da governamentalidade algorítmica, perfis são elaborados a partir dessas correlações. Este é o momento da perfilamento ou *profiling*. Esse é um tipo de saber prospectivo, direcionado para o futuro, que procura antecipar e elaborar previsões probabilísticas sobre cursos de ações, propensões a agir, intenções,

preferências, etc. Trata-se de trabalhar com o futuro, levando em conta o que pode acontecer, ou melhor, o que é provável que ocorra. E mais do que isso, trata-se de agir de forma antecipada, de modo a direcionar as nossas escolhas, a guiar o nosso consumo, a influenciar nossas ações: pra onde vamos, o que vamos fazer, etc. Quanto maior a massa de dados correlacionados, acredita-se que maior será a eficácia preditiva.

Estamos, portanto, diante de uma prática de governo no sentido clássico do termo, de um trabalho com o futuro na tentativa de antecipar e conformar os ambientes, tornando mais ou menos prováveis certos cursos de ação. Exemplos de aplicação desse tipo governamentalidade já podem ser vistos no campo da obtenção de crédito, nas decisões de cirurgia plástica, na tarifação de contratos de seguro, na sugestão de compras direcionadas, na propaganda eleitoral, como faz a Cambridge Analytica, e em muitos outros usos e aplicações.

Esse tipo de governo algorítmico se distancia de forma muito significativa daquilo que era o governo tradicional através de leis ou medidas normativas. O governo da lei pressupõe um sujeito livre, capaz de deliberar sobre o rumo de sua ação de maneira consciente, sendo induzido a agir de determinada maneira pelo medo de uma sanção eventual. Também a governamentalidade liberal, analisada por Foucault no curso intitulado “Nascimento da Biopolítica”, ainda se pressupõe um sujeito consciente, capaz de cálculo e de ação racional. A lógica liberal, aliás, só faz sentido sobre esse ponto de partida.

A governamentalidade algorítmica, por outro lado, ignora a consciência e a reflexividade dos sujeitos, operando no modo de alertas e reflexos. Ela atravessa e procura passar por cima dessa esfera do sujeito, que envolve a capacidade de ação deliberada e refletida. Ao fazer isso, procura-se simplesmente produzir estímulos que vão gerar os *outputs* esperados ou mais prováveis. Desse modo, é possível conduzir as condutas sem se preocupar com o sentido da ação. Não é preciso sequer ameaçar: basta enviar sinais capazes de provocar determinados reflexos. Age-se, assim, em um nível infra-individual, sem fazer apelo ao entendimento ou à vontade para se passar ao ato. Baseando-se em perfis, ambientes são configurados e respostas reflexas são produzidas.

É uma lógica behaviorista, no sentido de produzir certos reflexos a partir de determinados estímulos, que são aqueles que, por antecipação, nós antecipamos como sendo os que mais provavelmente vão guiar o indivíduo nessa ou naquela direção, para esse ou aquele consumo, para realizar essa ou aquela escolha. A força do governo algorítmico reside, em grande medida, nessa capacidade de separar o âmbito dos sujeitos, com sua intencionalidade e reflexão, do âmbito da agência, do agir do indivíduo. As correlações de dados revelariam muito mais sobre nós mesmos e sobre nossas propensões a agir do que as representações subjetivas que podemos fazer dos sujeitos. Quando fazemos uma representação subjetiva, por exemplo, de uma mulher brasileira, branca, de trinta e cinco anos de idade, isso é carregado de uma série de preconceitos que não correspondem às condutas efetivas dos indivíduos. É muito mais eficaz ignorar essa suposta unidade subjetiva e psicológica, que explicaria a conduta da pessoa, partindo então dos rastros coletados do efetivo comportamento dos indivíduos. É uma tentativa de antecipar condutas baseada em perfis, não em uma espécie de duplicação do sujeito ou “avatar”, que seria uma tentativa de copiar o sujeito no âmbito digital. Não se trata de querer copiar ou duplicar sujeitos, mas sim de evitar esse nível da unidade subjetiva psicológica, para agir diretamente sobre a ação a partir do que apontam os rastros e as

correlações relevantes.

A aposta da governamentalidade algorítmica envolve assim evitar os sujeitos em sua espessura psicológica, com suas vontades conscientes e deliberações racionais. Percebe-se que é muito mais eficaz conduzir as ações sem se preocupar com o sentido dessas ações. Se se percebe que há uma correlação significativa entre pessoas que assistem a filmes de terror e que gostam de bala de hortelã, isso é suficiente para se oferecer uma publicidade direcionada mais eficiente durante a exibição de um filme. Não é preciso compreender o sentido disso, basta saber que isso acontece, perceber que essa é uma correlação relevante. É só disso que se precisa para se governar do ponto de vista algorítmico.

Temos assim uma espécie de “política da simulação”, na qual somos governados pelos *feedbacks* que os parâmetros indicam de cenários futuros e que são simplesmente produzidos a partir das predisposições estatísticas de cada perfil. Em vez de sujeitos capazes de agir, agentes racionais, é como se fossemos sistematicamente modulados em nossas ações. O ambiente no qual “agimos” é sistematicamente conformado de maneira a tentar antecipar nossos cursos de ação e, ao fazê-lo, nossos comportamentos são governados, tornados mais ou menos prováveis. Só para exemplificar, quando entramos no Netflix, recebemos diversas sugestões de séries e filmes. Esse conteúdo nos é oferecido de maneira personalizada, única para cada perfil, montado em função dos rastros deixados, ou seja, a partir de tudo que cada usuário assistiu, quando o fez, por quanto tempo, onde estava ao fazê-lo, etc. Tudo isso é significativo para conformar o perfil e antecipar o consumo audiovisual de maneira mais eficiente.

Em uma entrevista, Todd Yellin, que é um dos diretores da Netflix, deixa claro que informações sobre gênero, país ou idade dos usuários são “lixo” para a empresa, que tudo isso pouco importa. Para estabelecer relevância para conteúdos e tentar direcionar comportamentos, parte-se apenas da correlação dos rastros deixados pelos usuários em seus comportamentos anteriores. A Netflix sustenta assim que é bem mais eficiente ao não se basear em preconceitos. Por exemplo, oferecer uma comédia romântica a uma usuária só porque é uma mulher branca de classe média com 40 anos de idade é reforçar um preconceito pouco eficaz, pois seu interesse pode ser completamente distinto. Ao partir dos rastros, a Netflix crê possuir uma base muito mais segura para tentar antecipar algo do ponto de vista do consumo audiovisual. Essas estratégias apontam também para uma ideia importante do seio dessa nova prática governamental: pouco importa quem é essa pessoa do ponto de vista de sua subjetividade, interessa simplesmente fazer correlações relevantes para fins específicos.

Por fim, gostaria de investigar que tipo de sujeito é levado em conta e produzido nessa lógica do governo algorítmico. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que, seguindo uma linha foucaultiana, sujeitos são sempre contingentes, são produções históricas que se dão no seio de relações específicas de poder. Sujeitos, portanto, estão em constante transformação. Estamos sempre nos modificando enquanto sujeitos. Pensando a partir daí o processo de subjetivação, é claro que podemos imaginar que o sujeito seja atingido, de alguma forma, por novas estratégias de governo da ação humana.

Uma forma de pensar isso é a ideia de que esse sujeito que é perfilado deixa de ser propriamente um sujeito no sentido psicológico ou moral do termo e passa a ser mais exatamente uma soma de dados, um nó que emerge de uma determinada

correlação de dados e que vai ocupar o mesmo espaço que qualquer outro objeto ocupa nessa lógica da gestão eficiente e da produção de relevância. Temos aí a emergência do que vem sendo chamado de “eu quantificado” (*quantified self*), uma espécie de sujeito transformado em números, reduzido a dígitos e relações. Nossa identidade seria simplesmente compreendida como uma soma de todos os dados referentes a nós, uma espécie de nó que conforma um determinado perfil.

E o perfil, como foi visto anteriormente, não se propõe a ser um retrato ou uma cópia fiel daquilo que é a complexidade de um sujeito psicológico. O perfil é simplesmente um nó que correlaciona determinados dados, o que é sempre feito com uma finalidade específica. Então, por exemplo, se se pretende antecipar o próximo filme que alguém terá interesse em assistir, que é basicamente o interesse do Netflix, não é qualquer dado que será considerado relevante. Não importa saber tudo sobre quem é esse sujeito, basta coletar um conjunto de dados relevante para conformar esse perfil de consumo audiovisual. Já do ponto de vista eleitoral, é outro conjunto de dados que será relevante para conformar o perfil de um eleitor, e por aí vai. Assim, damos origem a variados perfis que são, inclusive, contraditórios entre si. Não é preciso que haja coerência, basta que as correlações sejam eficientes de um ponto de vista preditivo bem específico. Esses dados têm múltiplas fontes e são potencialmente contraditórios. Pouco importa se o sujeito está bem representado nesses perfis, do ponto de vista de uma suposta unidade subjetiva. Basta ao governo algorítmico que esse nó, esse perfil produzido, seja eficiente. Por isso temos uma infinidade de perfis, uma pluralidade de “eus” ou de identidades digitais que são decompostas, alimentadas por esses rastros infra-individuais que, tomados em si mesmos, são insignificantes e só adquirem algum sentido quando são correlacionados e dão forma a esses perfis.

Singularidades subjetivas e intenções psicológicas, portanto, não são importantes para se governar por meio de algoritmos. O que importa é apenas a possibilidade de estabelecer correlações estatisticamente relevantes entre esses dados, que permitam antecipar condutas com eficiência. É disso que o governo algorítmico precisa. E, por isso, o governo algorítmico age não diretamente sobre o sujeito, mas sim sobre diferentes e múltiplas facetas de nossos comportamentos, que são diferenciadas, contextuais e mutáveis. O sujeito não é diretamente visado, esse é o ponto. O que está em questão são os rastros digitais. Evita-se o tempo inteiro sujeitos reflexivos: é como se passássemos do nível do sujeito para agir diretamente no nível infra-individual ou supra-individual. Indivíduos deixam assim de ser considerados como unidades coerentes, indivisas, dotadas de uma biografia própria, e passam a ser sujeitos individuais, compósitos. Ou seja, tomados em suas diversas facetas, vemos emergir múltiplos perfis.

Essa é a ideia da “pessoa conectada” ou *networked person*, termo cunhado por Stefano Rodotà, que pode ser também traduzido por “pessoa enredada”. O termo “enredado”, capturado por uma rede, é particularmente interessante, pois reforça a ideia de que a conexão faz também com que fiquemos presos nas redes que nos conformam. Em última instância, esse governo algorítmico é um governo não diretamente de indivíduos, mas de relações, ele governa nossas relações a partir dos rastros que deixamos e, ao fazer isso, “enreda” os indivíduos.

Trata-se sempre de um regime que visa agir sobre o futuro, conformando ambientes de modo a fazer com que certas coisas sejam mais ou menos prováveis, se atualizem ou não, tornem-se mais possíveis ou menos possíveis de acontecer. Mais ou menos como o Netflix faz: torna improvável que um filme que não apareça nas sugestões

seja efetivamente assistido. Ou como o *PageRank* da Google faz: um *link* que não aparece na primeira página provavelmente não será acessado. Ou ainda, como o Facebook faz com seu *feed* de notícias. Todos eles fazem uma filtragem e seleção, antecipando e afetando nossa comunicação, nossa conduta, nosso consumo e nossas escolhas.

Proponho, para concluir, uma reflexão final, uma comparação para pensarmos sobre o impacto que essas transformações vêm produzindo. Recorrerei às reflexões de Theodor Adorno sobre a indústria cultural. Ele estava, em meados do século XX, refletindo sobre os efeitos produzidos pelos novos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio, a televisão e o cinema. Ele percebia então, naquele momento, uma tendência a uma padronização no formato da produção cultural, conformando uma verdadeira indústria do entretenimento. E uma das coisas que chamou a atenção de Adorno foi o modo como o sujeito seria impactado por essa nova sujeição a uma indústria cultural.

Em suma, o sujeito estaria sofrendo um processo de enfraquecimento, perdendo certas capacidades e habilidades relacionadas à cognição e à ação. Adorno usa um termo forte para descrever esse novo sujeito forjado no mundo administrado do capitalismo tardio: o eu débil ou enfraquecido (*Ich-Schwäche*). Um sujeito que tem cada vez menos capacidade de autonomia, de reflexão, de se posicionar criticamente diante dos produtos que recebe de modo pronto e acabado, formatado e mastigado para ser consumido passivamente. Ele se torna o consumidor passivo da indústria cultural.

Talvez o termo empregado por Adorno sirva também para pensar o sujeito emergente no seio da governamentalidade algorítmica. Diante de um mundo cada vez mais administrado, ou seja, um mundo no qual as coisas são sempre direcionadas até nós para serem consumidas, a tendência é que o sujeito deixe de ser propriamente sujeito, no sentido daquele que instaura e dá sentido a uma ação, que faz escolhas e delibera conscientemente, para se tornar cada vez mais um objeto, uma presa do próprio mundo maquínico que forjou e que o administra. Se a indústria cultural era marcada pelo alto grau de racionalização dos métodos de produção e difusão, podemos dizer então que a governamentalidade algorítmica radicaliza esse processo de objetificação dos sujeitos, levando adiante sua degeneração em mera coisa.

A indústria cultural, na leitura adorniana, produziria um efeito anti-iluminista, posto que ela, em suas palavras, impede “a formação dos indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e tomar decisões conscientemente”. O indivíduo perderia, em seu seio, a capacidade de autodeterminação. Na *Dialética do Esclarecimento*, chega-se a afirmar que o indivíduo tornar-se-ia ilusório, uma “pseudo-individualidade” (*Pseudo-Individualität*).

Essa ideia é desenvolvida na tese do confisco do esquematismo, na qual é subvertida a descrição kantiana do sujeito transcendental capaz de esquematizar por meio de categorias do entendimento os dados da sensibilidade. No mundo administrado, cabe à indústria e não ao sujeito essa tarefa. Cito: “Para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção”. Assim, produz-se como consequência a debilitação e o aniquilamento do sujeito. Citando mais uma vez: “a indústria cultural só se interessa pelos homens como clientes e empregados e, de fato, reduziu a humanidade inteira, bem como cada um de seus elementos, a essa fórmula exaustiva. Objetos é o que continuarão a ser em ambos os casos”.

Adorno argumenta que não é correto afirmar que a indústria cultural oferece ao público consumidor o que ele quer: o entretenimento desejado. Na verdade, a indústria produz o próprio desejo do público. Em suma, nós somos objetos dessa indústria, e não os sujeitos que deliberam sobre aquilo que gostam e que vão consumir. É disso que se trata na governamentalidade algorítmica. Temos a impressão de que nós consumimos os serviços deliberadamente, que eles atendem aos nossos desejos e necessidades, como se ainda estivéssemos no controle de nossas ações e fôssemos nós mesmos que tomássemos as decisões acerca do que queremos para nós mesmos. No entanto, é como se estivéssemos sendo sistematicamente enredados nesses próprios sistemas que não somente nos oferecem o que nós supostamente queremos, mas que produzem em nós um conjunto de necessidades e desejos.

Com o tempo, podemos imaginar um mundo no qual seremos praticamente conduzidos por esses algoritmos. Qual caminho é melhor seguir? Qual meio de transporte utilizar? Qual filme assistir? Para qual restaurante vou hoje? Qual livro é melhor comprar? Para qual supermercado vou e o que devo comprar? O que farei neste final de semana? Qual roupa ou corte de cabelo fica melhor em mim? Com quem devo namorar? Em suma, os algoritmos sabem melhor do que nós mesmos as respostas, basta se deixar governar por eles para não perder tempo e para chegar mais fácil naquilo que “você quer”. Em outras palavras, são os algoritmos que farão as escolhas e são eles que dirão o que eu quero.

Em uma entrevista publicada no *The Wall Street Journal* em 2010, Eric Schmidt, um dos diretores da Google, deixa essa pretensão explícita: “Eu realmente penso que a maioria das pessoas não quer que a Google responda suas perguntas. Elas querem que a Google lhes diga o que deveriam fazer em seguida”. Em outra entrevista publicada no *Financial Times* em 2007, Eric Schmidt deixa clara sua empolgação com as possibilidades abertas pelas informações que alimentam o algoritmo da Google e suas ferramentas de personalização, explicitando também dessa vez seu desejo de direcionar a ação futura: “O objetivo é permitir que os usuários da Google possam perguntar algo como ‘o que devo fazer amanhã?’ e ‘qual emprego devo ter?’”.

Em um mundo governado através de algoritmos, parece sobrar pouco espaço para ações espontâneas. Talvez Eric Schmidt tenha razão ao afirmar que, quando a tecnologia for mais avançada e eficiente, “será muito difícil uma pessoa assistir ou consumir algo sem que tenha sido de alguma forma dirigida para isso”. O campo da espontaneidade da ação humana vai diminuindo a tal ponto que, no final das contas, o que quer que façamos, já fomos previamente direcionados, conduzidos e induzidos de alguma forma a tal. Diante desse quadro, o campo da liberdade e da deliberação corre o risco de ser colonizado por processos racionalizados e autômatos capazes de nos governar.

Concluindo, podemos pensar a sociedade contemporânea governada por algoritmos como uma radicalização desse processo de objetificação dos sujeitos que Adorno já começou a descrever no seio da indústria cultural. A tônica da Dialética do Esclarecimento é justamente essa: o progresso da técnica não produziu a realização da razão e a emancipação dos sujeitos, mas, pelo contrário, produziu a barbárie e a coisificação do homem. Em tom melancólico e pessimista, Adorno e Horkheimer chega a afirmar que “o inimigo que se combate é o inimigo que já está derrotado: o sujeito pensante”, ou seja, cada vez menos somos autônomos e capazes de determinar nossas próprias condutas. Abrimos mão dessa liberdade custosa e preferimos nos acomodar

e nos adaptar a ambientes confortáveis. Em geral, não fazemos esforço algum para resistir a esse governo que parece oferecer o tempo inteiro aquilo que supostamente queremos e precisamos de uma maneira rápida, eficiente e aparentemente sem custo. Citando novamente Adorno para finalizar: “através da ideologia da indústria cultural a adaptação toma o lugar da consciência”.

Jamila Venturini (LAVITS)

Obrigada, Joana. Obrigada, Marco. Obrigada ao IRIS também pela oportunidade de estar aqui pela primeira vez e de compartilhar com vocês esse espaço. É um prazer muito grande e foram dois dias muito ricos e interessantes que tivemos aqui.

Foi muito bom ouvir a fala do Marco antes de fazer a minha apresentação, porque eu acho que ele resume e ele explora com bastante profundidade um pouco das preocupações que me trazem às reflexões que eu compartilharei com vocês.

Falarei um pouco do uso de TICs na educação, tema que venho trabalhando no mestrado. Vocês me perdoem por várias dificuldades que eu possa ter apresentando, é a primeira vez que eu compartilho isso em algum lugar e estou um pouco nervosa, confesso. Mas acredito que será bastante interessante o debate chegar a algumas confluências sobre o que o Marco já falou e Joana também trouxe inicialmente quando tocou no tema das identidades no mundo digital.

E eu começarei falando um pouco sobre como algumas ideias, que se popularizaram entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, chegaram a conceber essa ideia de cibercultura e a ideia da internet no seu potencial democratizador. Eu trouxe esse campo de girassóis pra mostrar pra vocês, porque é uma coisa que me passa uma felicidade, algo de otimismo, uma coisa linda e pacífica. E acho que era um pouco esse clima que permeava muito das discussões iniciais sobre os impactos sociais da internet e das tecnologias e todo esse potencial que ela tinha em relação à indústria de massas que predominou em todo o século XX.

Muito dessa ideia da disponibilidade infinita de informações, da biblioteca infinita de informações e como ela poderia impactar e transformar as relações sociais, era o que estava se pensando naquela época. No âmbito da educação, isso vinha com um discurso muito grande de como essas novas tecnologias permitiriam novas formas de construção do conhecimento e novos estilos de aprendizagem a partir dessa democratização do acesso à informação. Pensava-se que havia um modelo tradicional de educação e que, com a introdução dessa tecnologia, você teria outras possibilidades de desenvolvimento da educação. Dizia-se que a educação tradicional estava em crise, que a velocidade com que a inovação aconteceria a partir do surgimento dessas tecnologias e das mudanças que elas traziam na forma de aprender e de conhecer o mundo colocavam em xeque os sistemas educativos tradicionais.

E isso vinha acompanhado de algumas propostas de reformas no âmbito educativo, as quais incluíam o incentivo à educação à distância, por exemplo, e uma ressignificação do papel do docente. Um docente que estaria perdido frente a esse novo cenário. Como esse docente reagiria a essa velocidade? Era essa a sensação geral que permeava muitos dos primeiros discursos que acompanharam o processo de comercialização da internet. Como sabemos, a internet era restrita aos âmbitos acadêmicos até o início dos anos 1990. A partir de 1995 ela foi aberta aos usos comerciais. E esse espírito de otimismo é o espírito que estava permeando esses discursos e dizendo que agora nós temos